

Avaliação Formativa

“Ferramenta e instrumento essencial para qualidade do ensino e educação, com finalidade da formação cidadã”.

Sodré, Marcos Antonio Randazzo
<http://lattes.cnpq.br/7608084259008562>
Mestre em Educação, Pedagogo, Psicólogo,
E-Mail: mrsodre@terra.com.br

Introdução

Charles Hadji (2001), fundamentando em Gilbert de Landsheere (1979), afirma que: “Se a expressão ‘Avaliação normativa’ designa uma avaliação que impõe as normas. Nesse caso, porém, toda avaliação, mesmo aquela que será pensada ou desejada formativa, impõe normas! A avaliação formativa não tem a ambição de permitir ao maior número possível de alunos que se tornem bons alunos..., conforme o modelo ideal – norma dominante no universo escolar – do bom aluno que foi aprovado no maior número de matérias escolares, sobretudo nas matérias dominantes!

Isto, baseado em que o uso adjetivo normativo para designar a avaliação formativa opõe-se a avaliação criteriada, pois esse tipo de avaliação parece apreciar um determinado tipo de comportamento dos alunos. Isto nos conduz a apreciação de atingir um alvo, ou um objetivo a ser atingido.

Segundo o próprio Hadji, é difícil designar o que é uma avaliação formativa de uma não formativa ou criteriada. Mas questiona onde então reside a formatividade? E isso significa que não existe nenhum critério que permita distinguir a avaliação formativa do que não o é.

Pois, toda avaliação que precede a uma ação é denominada como *prognóstica* ou *diagnóstica*, pelo fato de identificar determinadas características do aprendiz, ou seja, faz uma análise dos pontos fortes (facilidades) e fracos (dificuldades) que o aluno apresenta no processo ensino-aprendizagem. A avaliação que ocorre após a ação, denomina-se como avaliação *cumulativas*, pelo fato desta identificar no aluno aquisições (conhecimentos) incorporadas ao seu cabedal, ou seja, verificar através de um balanço com finalidade de

certificação e expedição de um certificado de formação (Diploma). Este tipo de avaliação sempre se refere a tarefas socialmente significativas.

Assim ele postula que a avaliação formativa, situa-se no centro da ação formativa. Pelo fato desta ter como principal função, contribuir para uma boa regulação da atividade de ensino, ou, de formação no sentido mais amplo da concepção. Portanto, toda avaliação deveria ter dentro do contexto pedagógico: *“Uma dimensão prognóstica por conduzir a uma ação de ajustar melhor o processo ensino-aprendizagem”*, pelo fato de poder adaptar melhor os conteúdos as formas de ensino as características do aluno reveladas pela avaliação antecessora a ação de formação, ou seja a avaliação cumulativa com finalidade cartorial.

Assim, Hadji deixa claro seu pensamento, ou seja, que: *“É a intenção dominante do avaliador que torna a avaliação formativa ou não”*. Se o pensamento do avaliador vai servir a punição, exclusão ou seleção social, ou vai ter função pedagógica, com ação de formação do cidadão, potencializando suas habilidades motoras, visuais, auditivas e mentais (raciocínio lógico), para aumentar e desenvolver sua competência, quanto ser humano. Tendo em vista conforme seu próprio postulado que: *“A avaliação formativa não tem a ambição de permitir ao maior número possível de alunos que se tornem bons alunos..., conforme o modelo ideal – norma dominante no universo escolar – do bom aluno que foi aprovado no maior número de matérias escolares, sobretudo nas matérias dominantes”*.

Assim, fica claro que a avaliação formativa tem como função, detectar e propiciar ao educador um campo amplo de possibilidades para auxiliar o desenvolvimento do cidadão em todos os aspectos sociais, do conhecimento a cidadania, das habilidades as competências, através de instrumentos e ferramentas construídas com finalidade de colher informações, não julgar, excluir, punir ou selecionar. Utilizando-as com finalidade de discriminação de aluno(s) que apresentem algum tipo de dificuldade ou falta de compreensão durante o processo ensino-aprendizagem. Esta é razão dela situar se no centro da ação formativa, ter intenção e ação pedagógica formativa, no mínimo uma dimensão prognóstica por conduzir a uma ação de ajustar melhor o processo ensino-aprendizagem.

Portanto, já temos um conceito básico sobre Avaliação Formativa, demonstrando a crença e mito que existe por trás da avaliação atualmente praticada em sala de aula, passemos agora a uma melhor explicação de a avaliação estar sendo utilizada de forma adversa da formativa.

Avaliação;

História, mitos, crenças, influências e utilização no ensino.

Todo pesquisador em educação que se aventura em navegar pelas vertentes da avaliação educacional, com foco voltado à qualidade de ensino e da educação, tem a impressão de estar enfrentando um processo de trabalho angustiante, e sem referência precisa, pelo fato deste ser dicotômico, polissêmico, e complexo e estar ligado a mitos e crenças.

Porém, ao analisar e refletir sobre avaliação e o processo da sua aplicação na educação voltada para a aprendizagem, como base de qualidade, não poderá ter medo dos frutos que serão colhidos, do que se busca e pretende alcançar, através das pesquisas que se realizam a respeito dos conceitos, históricos e, suas formas de utilização.

Isso pelo simples fato de que nós seres humanos nascemos e somos criados dentro de um sistema social, que nos introjeta de forma incondicional estruturas mentais (Psico-sociais, filosóficas e ideológicas) que nos leva fazer parte, e pensarmos como o Ego social coletivo e, só conseguimos sair deste contexto quando nos distanciamos do senso comum através de pesquisas e estudos, da tomada de consciência de como funciona o tema que ora passo a apresentar neste trabalho de reflexão.

Nesse sentido, nos devemos levar em consideração a forma como trabalhamos com a avaliação. Principalmente por ela ser o elemento chave e fundamental para a gestão de formação do cidadão, elemento ou ferramenta essencial de ligação e diagnóstico dos problemas da *alfabetização*, detecção dos problemas das habilidades e competências, de planejamento para a *progressão continuada*, do processo de formação do ser humano.

Para tanto, a partir deste momento dedico-me a refletir, analisar e a discutir a avaliação como ferramenta que busca demonstrar os direitos à qualidade da educação. Procurarei debater a forma como ela está sendo utilizada no cotidiano da sala de aula. A tentativa será refletir, analisar e demonstrar que a avaliação vem sendo utilizada como um instrumento de classificação, seleção social, muitas vezes como punição, quando deveria ser instrumento de intenção formativa, participativa e ferramenta de integração, para que o

aluno venha a ter consciência de suas dificuldades para aprender, e ter feedback para superá-las.

Escrever sobre esses pontos que permeiam questões da avaliação é complexo e subjetivo, pelo fato do tema ser polissêmico. Ao analisarmos o início da avaliação, temos que admitir que esta, ao menos num sentido amplo e irrefletido, já existia na cultura chinesa, já que esta se utilizava de alguma forma de avaliar há aproximadamente 2200 anos a.C., para selecionar os guardiões dos mandarins, como Cunningham (1975) deixa claro através de seu discurso.

Já no sentido da formatação moderna tal qual a conhecemos hoje, Dias Sobrinho (2002) afirma que: “esta teve seu início no final do século XIX e início do XX na França, quando em 1808 Napoleão cria o BACALAUREAT ¹, sistema de avaliação que tinha como função verificar se os estudantes concluintes do ensino básico tinham o direito de prosseguir nos estudos”.

Mais recentemente, no início do século XX, mais precisamente nos anos 1905, 1908 e 1911, aparecem os primeiros esboços de uma forma de avaliação baseada em testes psicológicos, que seriam utilizados na educação. Fato ocorrido devido o governo francês ter encomendado a Binet e Simon testes que teriam como função avaliar o grau de dificuldade de aprendizagem dos alunos nas primeiras séries escolares. Instrumento com característica e fundamentos que também dariam origem à Psicometria ².

Esses testes desenvolvidos por Binet e Simon não podiam ser considerados instrumentos de avaliação educacional, muito menos como instrumentos de avaliação de desempenho, pois tinham limitação quanto ao diagnóstico. Pelo simples fato de que sua função era detectar problemas ou dificuldades de raciocínio (inteligência/memória).

Os testes psicométricos, com maior precisão, começaram a ser produzidos nas décadas de 30, 40 e 50 do século XX, nos EUA e Europa, período fértil para a área da psicologia, no que se refere à criação e desenvolvimento de testes voltados para “*Medir ou Mensurar*” inteligência, inclusive popularização do teste para medir Quociente de Inteligência (QI). Testes estes que passaram a ser utilizados em escolas, indústria e exército dos EUA.

¹ O **baccalauréat**: é conhecido na França coloquialmente como le bac, é uma qualificação acadêmica que franceses e estudantes internacionais precisam apresentar no final do Liceu (ensino secundário). É o principal diploma exigido para prosseguir estudos universitários.

² **Psicometria**: (do grego *psyké*, alma e *metron*, medida, medição) é uma área da Psicologia que faz a ponte entre as ciências exatas, principalmente a matemática aplicada - a Estatística e a Psicologia. Sua definição consiste no conjunto de técnicas utilizadas para mensurar, de forma adequada e comprovada experimentalmente, um conjunto ou uma gama de comportamentos que se deseja conhecer melhor.

No contexto de sua utilização, a que nos interessa particularmente, é a que fora utilizada em escolas (educação), que serviu de base para os atuais testes (provas) de vestibular, Exame nacional de ensino médio (**ENEM**), Sistema de avaliação e rendimento escolar (**SARE**), concursos públicos e seleção. Apesar de hoje carregarem conotação de avaliação educacional, quando de sua criação, foram utilizados em educação para detectar crianças com dificuldades de aprendizagem (crianças com retardo mental de crianças normais).

Nesse sentido não era uma avaliação do processo ensino-aprendizagem, mas sim um instrumento ou ferramenta auxiliar de diagnóstico, para planejamento, para dar qualidade ao ensino oferecido, como vimos no início através do pensamento de Hadji sobre avaliação formativa. Não tinham a conotação de avaliação educacional, como às vezes é hoje utilizada, e de forma “errônea”.

O conceito “Avaliação Educacional” surge exatamente no século XX, mais precisamente em 1934, através de Ralph W. Tyler, quando este passou a aplicar o conceito nas propostas por “objetivos”, utilizado nas instituições escolares, que tinha sua fundamentação na administração, baseada no sistema positivista de Augusto Comte. Tyler conceituava avaliação educacional com a seguinte expressão: *“A avaliação é o processo mediante o qual se determina o grau em que a mudança do comportamento está realmente ocorrendo”*. A partir deste conceito aparecem outros pensadores e teóricos, que desenvolvem outros conceitos sobre avaliação utilizada na área educacional. Alguns desses conceitos são mencionados por Haydt (2003; p. 11-13), tais como:

- a) **Goldberg e Souza** (1979) definem avaliação educacional como: O processo de coletar, analisar e interpretar evidências relativas à eficácia e eficiência de programas educacionais. [...]
- b) **Michael Scriven**, a avaliação é uma atividade metodológica que consiste na coleta e na combinação de dados relativos ao desempenho, usando um conjunto ponderado de escalas de critério que leve a classificações comparativas ou numéricas. [...]
- c) **Daniel Stufflebeam** diz que a avaliação é o processo de delinear, obter e fornecer informações úteis para o julgamento de decisões alternativas. (Haydt; 2003; p. 11-13),

Assim, podemos notar que, por carregar vários conceitos e definições, a avaliação é classificada conforme a sua utilização ou aplicabilidade no sistema educacional, social, industrial, etc.. Dependendo muito do foco para o qual o estudo ou aplicação estará direcionado.

A avaliação surgiu também como mecanismo de manutenção de uma sociedade de classes (exclusão, discriminação), pois como escreve Domício Magalhães Maciel: “Ela

possibilita controlar a ascensão dos indivíduos de uma classe desfavorecida para outra favorecida”. Ou seja, tem função de seleção e controle dos indivíduos em sua mobilidade social, principalmente quando utilizada em concursos (aspectos positivos), muitas vezes no próprio dia-a-dia da sala de aula (aspecto negativo). Portanto, a avaliação hoje está entre o que podemos conceituar como instrumento de diagnóstico, seleção e formação, tendendo a ser vista como negação das desigualdades.

Nesse sentido, meu pensamento é pontual “A *avaliação quando bem executada reconhece as diferenças e torna-se uma ferramenta de alto poder nas mãos de educadores que trabalham a educação como um bem público que deve ser direito de todos*” (Sodré, Marcos A. R.; 2008: pág. 31). Por outro lado, não podemos deixar de lembrar a afirmativa de Mariano Enguita (Raízes e Asas, 1995: p.23), quando este reconhece as diferenças entre paradigmas distintos da avaliação quando escreve o seguinte texto:

As funções da avaliação são potencialmente duas: o **diagnóstico** e a **classificação**. Espera-se da primeira, que ela detecte os pontos fracos, da segunda, que ela hierarquize e classifique. Assim, a escola **prega** em parte a avaliação com base na primeira função, mas a emprega fundamentalmente para a segunda. (grifos do autor)

Pelo fato de ser demonstrada de uma forma e utilizada de outra, a avaliação passa a ser um instrumento de punição dos estudantes, exclusão, instrumento de vingança, em outras palavras instrumento mediador de um campo de batalha entre aluno/educador e educador/aluno como afirma Luckesi (1998), quando ela deveria ser uma ferramenta auxiliar de diagnóstico, ou, feedback, para o educador avaliar seu programa de ensino, planejamento, didática, dificuldades do aprendiz durante o processo ensino-aprendizagem, ter ação pedagógica.

Portanto, a forma do educador utilizar a avaliação, pode até ter intenção formativa, de diagnosticar e avaliar aprendizagem, porém, não é a sua função muita das vezes, o que ocorre é mensurar um momento, ou melhor, avalia o desempenho do aluno em um dado momento de sua aprendizagem através de uma “fotografia” no momento da avaliação.

Assim, não se está avaliando a aprendizagem, pois, avaliação da aprendizagem envolve muito mais que um simples retrato de determinado momento do processo ensino-aprendizagem. Este pensamento é muito claro e objetivo para Dias Sobrinho (2002) quando escreve: “*É insuficiente saber quantos alunos apresentam dificuldades em matemática. É mais importante saber as causas dessas insuficiências e quais as ações mais adequadas para superá-las em situações concretas*”, o que corresponde ao pensamento de Hadji quando postula que a avaliação de estar no meio da ação. Dias (2003) complementa postulando que:

A avaliação educativa não pode se confundir com a prestação de contas, com a mensuração e muito menos com o mero controle. Sua intencionalidade é radicalmente distinta da simples regulação. [...] e até mesmo em determinados âmbitos acadêmicos se dá o equívoco, carregado de pesadas conseqüências, de identificar-se avaliação com medida de controle. (DIAS SOBRINHO; 2003: p. 39)

Podemos vê-la na forma de “*Mecanismo de Controle*”. Há de se reconhecer a força transformadora da avaliação: “papel central em configurações para novos sistemas de educação, em conexões com reformas sociais”. E nesse sentido da utilização para reformas da sociedade, Dias Sobrinho (2003) lembra ainda que “A avaliação é um instrumento fundamental da reforma do Estado”. Como instrumento de controle de reforma do Estado, sua função consiste em averiguar se as atividades efetivas estão de acordo com as atividades que foram planejadas. Segundo esse mesmo autor, “Controlar é comparar o resultado das ações com padrões previamente estabelecidos, com a finalidade de corrigi-las, se necessário”, em outras palavras, corresponderia a avaliação criteriada de Hadji.

Nesse contexto, toda avaliação passa ter um forte significado político e uma importante dimensão ética, não apenas técnica. Pois, ela sempre se reproduz num espaço social de valores e disputas de poder, que, aliás, constituem o centro das discussões públicas que a seu respeito se instauram. Para além dos problemas técnicos, são os sentidos éticos e políticos das concepções da educação, como afirma Dias Sobrinho (2003).

Com a efetiva influência da economia sobre o sistema educacional, a avaliação que passa ter forte relação com regulação e prática de mercado, sendo assim impostas à educação a exigência de maior regulação, a utilização desta como mecanismo de mensuração da eficácia e da prestação de contas. Em virtude disso, ganhou ainda mais força nos processos do Estado Avaliador, como “*accountability*”, isto é, passa a ter a obrigação de estar provando que os resultados obtidos e mensurados, correspondem a certos padrões externamente convencionados e esperados, dando assim ao educador a crença de que a avaliação só é válida com a função cartorial.

O Estado em sua tentativa de recuperar a função pedagógica da avaliação formativa, se instaura na educação brasileira através do Exame Nacional de Cursos (ENC) - criado pela lei 9.131/95, exame aplicado aos formandos, no período de 1996 a 2003 - tecnologia mais notória, dizia medir desempenho estudantil, para assim criar um “ranking” das instituições e dos cursos. Provão que reduzia a autonomia profissional do professor e não fornecia elementos para um melhor aproveitamento pedagógico do estudante, pois se baseava em uma premissa falsa, de que haveria correspondência mecânica dos desempenhos escolares com as profissões e empregos. Em 1996 tenta corrigir e melhorar o

sistema de avaliação em sala de aula através da **LDB** 9394/96, impondo novo sistema de avaliação e formas de avaliar em sala de aula. Tendência a avaliação formativa.

Hoje, o **ENC** foi atualizado e modificado pelo Exame Nacional de Desempenho do Estudante (**ENADE**)³, aplicado em duas etapas distintas, uma na entrada do aluno na educação de nível superior e outra na saída. Tendo como objetivo aferir o rendimento dos alunos ao longo dos cursos de graduação (verificar agregação de conhecimentos), relacionando aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências, em outras palavras, verificar quanto o aluno agregou de informação e conhecimentos, ao longo da sua formação.

Portanto, o principal objetivo do **ENADE** não é a classificação, como outrora o **ENC** fizera, mas sim, avaliar a trajetória do estudante ao longo de seu curso. Em outras palavras, procura acompanhar as dinâmicas de aprendizagem, ou, o que o curso e a instituição lhe agregaram em termos de conhecimentos e valores. Trata-se de avaliação dinâmica, diferentemente do **ENC**, que era estática e classificatória. O foco é o desenvolvimento do aluno, comparado consigo mesmo, considerando-se o intervalo entre o ponto de “*partida*” e o da “*chegada*”.

Porem, apesar desta agregação do **ENADE** ao Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (**Sinaes**)⁴, a avaliação aumenta seu poder controlador sobre a educação, ou melhor, sobre a forma de prestação de contas e responsabilidade dos investimentos feitos na política educacional, tanto no ensino superior quanto no básico (Ensino infantil, fundamental e médio), através do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (**IDEB**), a Prova Brasil (**PB**) e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (**Saeb**) são avaliações para diagnóstico, em larga escala, desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (**INEP**).

Esses sistemas de avaliação têm como objetivo “avaliar a qualidade” do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos. A avaliação passa assim a ser a principal ferramenta de levantamento de dados sobre todo processo educacional e investimentos feitos no nível básico e superior. Por se tornar instrumento de levantamento de dados, a avaliação deixa de

³ **ENADE** foi criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e faz parte do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (**Sinaes**), formado por três componentes principais: “a avaliação das instituições”, “dos cursos” e do “desempenho dos estudantes”.

⁴ **SINAES**: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. O Sinaes avalia todos os aspectos que giram em torno desses três eixos: o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos.

cumprir com sua função essencial: avaliar a qualidade do processo de formação do ser humano social.

Neste sentido, Dias Sobrinho (2002, p. 28) demonstra seu pensamento crítico quando escreve:

A avaliação realmente educativa não pode se limitar a esse papel controlador e de afirmação da heteronomia e da competitividade individual. Tem caráter político e ético e deve estar a serviço da construção da autonomia. Todo o esforço de compreensão do universo articulado de indivíduos, grupos, idéias, ações recursos de todo tipo [...] como é próprio de qualquer ação que tenha real intencionalidade educativa.

Nesse sentido, a avaliação utilizada como forma de controle social, legitima toda dissimulação, ideologia, políticas de preservação e manutenção das classes sociais. Podemos notar esta atitude quando percebemos a quantidade de alunos que vão abandonando o estudo ao longo da sua jornada do aprendizado, não só pelo fator aprendizagem, mas também, por fatores econômicos, pessoais, e disponibilidade de tempo.

Para que ela não perca sua função essencial, lembremos Dias Sobrinho (2002) quando escreve:

“Cabe aos educadores fazer da avaliação não um estreito controle ou uma espada de Dâmocles para indivíduos, grupos e instituições, mas, sim, um rico processo de formação. Que a avaliação tenha, sobretudo, uma função intencional proativa, formativa ou pedagógica”.

Lembra ainda esse mesmo autor que:

A avaliação passou a ser um instrumento de controle privilegiado devido o desenvolvimento do ensino e da pesquisa, por se tornarem mais complexos e caros, em razão da própria aceleração das novas tecnologias. Neste contexto os sistemas administrativos e financiadores (governos, agências etc.) lançam mão da avaliação, pois ela serve para estabelecer classificação (rankings) das instituições, tendo em vista a eficiência que cada uma é capaz de demonstrar, para orientação do governo especialmente nas políticas de distribuição de recursos, no controle do credenciamento, e à sociedade. (Dias Sobrinho; 2002, p. 23-24),

Portanto, o sentido que nos interessa, defendido desde o início, é o da avaliação formativa, ou seja, o processo que ajuda o aluno a aprender e a se desenvolver, que participa da mediação das aprendizagens e do desenvolvimento, no sentido de um projeto educativo, que além de fornecer dados para melhoria da qualidade do ensino e da educação, é o seguimento o foco que mais nos interessa, da avaliação formativa. Neste sentido, pudemos notar que existem várias formatações para realização da avaliação, mas importante é definir qual seu objetivo, ou seja, se será apenas uma mera medida ou um referencial para contribuir em futuras aprendizagens, ou em futuros processos pedagógicos.

Através da análise dos resultados poderemos traçar novas estratégias e caminhos para o processo ensino-aprendizagem. Como escreve Hadji (2001, p. 20 a 23):

A mudança de uma avaliação **normativa** para a **formativa** implica necessariamente numa **modificação das práticas** realizadas **pelo professor** em compreender que o aluno deve ser não só o ponto de **partida**, mas, também o de **chegada**. E seu **progresso** só pode ser percebido quando **comparado com ele mesmo**: Como estava? Como está? Neste sentido e contexto, as ações desenvolvidas entre as duas questões compõem a avaliação formativa. (grifos do autor)

Podemos notar que o conceito de avaliação formativa, além de pesquisadores como Hadji, Freire, Perrenoud, Hoffmann, Angulo, Dias Sobrinho, entre outros, basicamente baseia-se também em idéias que defendem deixar de priorizar o único aspecto considerado pela avaliação somativa tradicional - a atribuição de um "juízo de valor" ao conhecimento do aluno -, e que se passe a valorizar outras esferas importantes do processo de ensino/aprendizado, como a relação de parceria autônoma entre educador e aluno na construção do conhecimento, através de um acompanhamento contínuo e diferenciado, onde o próprio educador aprimore continuamente suas estratégias de ensino.

Assim, a avaliação deverá transformar-se em um importante instrumento de profissionalização dos educadores, no sentido de que venham a desenvolver uma formação contínua, isto é, os atores do processo avaliativo consigam desenvolver um processo de reflexão sobre a função da avaliação no processo ensino-aprendizagem, transformando assim em possibilidades de melhoria pedagógica, a partir do envolvimento dos agentes do trabalho educativo.

A avaliação deverá estar “essencialmente” voltada para formar pessoas, para que assim possam participar ativamente da construção da cidadania, do desenvolvimento nacional e da nacionalidade, ocupando-se assim principalmente do valor social que a educação tem durante o processo de formação. (DIAS SOBRINHO; 2002. p. 132/133)

Escreve ainda esse autor: *Eviter que l'évaluation soit un exercice purement formel, qui ne touche pas les véritables problèmes et les zones les plus profondes et obscures d'une institution, continue d'être un grand défi, à l'intérieur des institutions.* (Dias Sobrinho, 2002, p. 135)

Traduzindo para o contexto da avaliação formativa: “continua sendo um grande desafio, no contexto educacional, evitar que ela seja um exercício puramente formal, que não toca os verdadeiros problemas nem as zonas mais profundas e obscuras do processo de avaliação dentro de uma instituição”, é o que mais nos interessa no cotidiano da sala de aula, na formação, na aprendizagem na melhoria da qualidade do ensino e da educação.

A avaliação formativa não tem como princípio classificar, punir ou selecionar. Fundamenta-se no processo da aprendizagem, em seus aspectos subjetivos, ou seja, psicológicos; fundamenta-se na aprendizagem significativa e funcional que se aplica em

diversos contextos e se atualizam o quanto for necessário para que o aluno continue a aprender, a se formar, a se auto-conhecer melhor, ter consciência de seu potencial.

Nesse sentido tem como foco principal o princípio fundamental do conhecimento. Para conhecer melhor o aluno deve-se fazer avaliação inicial, para que possa ensinar melhor (planejamento e plano de trabalho), avaliar durante o processo da aprendizagem (detectar as dificuldades e facilidades a evolução), avaliar ao final do processo da aprendizagem, os objetivos e metas alcançadas e estipuladas para aquilo que foi planejado (avaliação diagnóstica para correção do plano de trabalho, e do planejamento). Em suma deve-se avaliar o que se ensina, ou pelo menos espera-se que o aluno tenha compreendido. Pois como vimos anteriormente Hadji postula que: a avaliação formativa não devera ter a ambição de permitir ao maior número possível de alunos que se tornem bons alunos..., conforme o modelo ideal – norma dominante no universo escolar – do bom aluno que foi aprovado no maior número de matérias escolares, sobretudo nas matérias dominantes, mas ter oportunidade de se conhecer e lapidar suas dificuldades dentro do processo ensino-aprendizagem.

Dentro deste contexto, Sacristán (2000: p. 319) faz um alerta quando escreve:

A conduta de avaliação por parte dos professores é mais uma pauta de comportamento profissional na qual os docentes se socializam. Trata-se de uma avaliação realizada de acordo com as exigências de uma instituição e em condições concretas que não foram postas pelo avaliador nem pelos avaliados.

Esse pensamento reflete a intenção oculta quando o educador avalia, ou seja, faz a partir de suas concepções, seus valores, expectativas e também a partir das determinações do contexto (institucional), sendo que muitas vezes nem ele próprio tem muita clareza ou mesmo sabe explicitar estes dados considerados na avaliação dos alunos.

Se pensarmos que a avaliação contribui para a formação e o desenvolvimento das competências e habilidades dos alunos, podemos dizer que ela converte-se em um instrumento pedagógico, um elemento que auxilia na melhoria do processo ensino-aprendizagem do aluno e a qualidade do ensino. Este é o sentido definitivo de um processo de avaliação formativa. Portanto, nenhum instrumento pode ser descrito como prioritário ou adotado como modelo. A diversidade é que vai possibilitar ao educador obter mais e melhores informações sobre o trabalho em classe "*A avaliação precisa ser processual, contínua e sistematizada*", diz Janssen Felipe da Silva. (Silva; Jansen Felipe: 2003, Revista Escola), nada pode ser aleatório, nem mesmo a observação constante.

Para que se possa compreender melhor as diferenças entre avaliação de controle e avaliação formativa, segue abaixo um quadro baseado em um molde exposto pela revista Escola, exclusivo on-line, nº 159, Jan/Fev. 2003.

<i>Formas de avaliação</i>	Formativa	Controle
Objetivo	Tem como objetivo permitir ao professor compreender como o aluno elabora e constrói o conhecimento, ou seja, como o aluno busca desenvolver a sua aprendizagem e o seu raciocínio.	Seu objetivo é controlar a qualidade, quantidade das políticas educacionais oferecidas, e fiscalizar. Está vinculada à noção de prestação de contas.
Ferramenta	Pode ser feita com base em vários instrumentos, de acordo com a forma como foram dadas as aulas, e a necessidade de cada aluno.	É feito por meio de estudos dirigidos, através de provas, testes. Exemplo ENEM, SAEB, ENADE, PISA, PROVA BRASIL.
Verificação de programa	Não pode ser registrada quantitativamente, com notas ou mesmo conceitos, mas só na forma de relatórios detalhados, ou seja, para cumprir com a função burocrática.	Embora tenha como pressuposto o levantamento objetivo de problemas e deficiências dos problemas educacionais, na realidade busca controlar seus programas.
Finalidade	Tem como finalidade o significado do desempenho, não o sucesso ou o fracasso, tem função de feedback, para determinação e verificação dos problemas da aprendizagem.	É tida como meio de manter o interesse e a motivação do cliente através do desempenho tido no provão, ENADE Ranqueamento da Instituição.
Utilização	Prevê que os alunos têm ritmos e processos de aprendizagem diferentes. Por isso, está ligada aos ciclos, que permitem tornar a progressão da aprendizagem mais fluida.	Está relacionada a punição ou premiação, de acordo com diferenças e desigualdades entre estudantes. Por isso, serve à discriminação e injustiça social.
Investiga	Levanta a necessidade de investigação do conhecimento prévio do estudante para o planejamento do trabalho como um todo (Feedback).	Parte do princípio de que existe uma verdade a ser assimilada e identifica o grau de aproximação entre a aprendizagem e essa verdade.
Instrumento Pedagógico	É favorecida pela diversificação de formas de agrupamento dos alunos, que atendem a objetivos da atividade e dos próprios estudantes.	Não permite adequar o trabalho pedagógico às necessidades de aprendizagens dos alunos.

Neste ponto, podemos tentar formar um conceito ou postulado mais abrangente sobre avaliação educacional formativa essencial na melhoria da qualidade do ensino e da educação:

A Avaliação Educacional é o processo que coleta dados, auxilia a analisar e interpretar dados, evidências relativas a eficácia e eficiência de um programa educacional. Serve como feedback para planejamento de ações a serem desenvolvidas ao longo do processo de aprendizagem e formação. Fornece-nos dados essenciais para que se efetue a qualidade, tanto ao programa de ensino quanto ao processo ensino-aprendizagem, além de auxiliar o aprendiz a buscar a melhor forma de desenvolver o seu conhecimento.

Considerações finais

A interpretação sobre esta reflexão nas considerações finais poderá até parecer estranha e anômala, porém, particularmente pode até ser chocante. Suas implicações nos causarão sobressaltos por nos terem distanciado das noções do senso comum que povoam os mitos e crenças que acompanham a avaliação por nós praticada em sala de aula.

Nesse contexto, e com base nos levantamentos feitos e dissertados, podemos reafirmar que a avaliação sempre existiu. Independente do contexto, desde o início de nossa existência, sempre se praticou algum tipo de avaliação, pois, nós, seres humanos racionais, estamos sempre avaliando toda e qualquer situação, seja ela educacional, econômica, social, etc.

Defendeu-se aqui que a avaliação utilizada no sistema educacional, dentro de sala de aula, deva ser o “*instrumento essencial de diagnóstico, não de classificação, punição ou seleção social*”, que tenha por função primordial auxiliar em todos os tipos de levantamentos, desde dificuldades até problemas com a aprendizagem, que em nosso caso é o propósito maior, que não venha carregada de mitos, crenças e tradições históricas. Mas, que a avaliação também utilizada em outros campos, tais como o econômico, social, familiar e para desenvolvimento de políticas, por parte dos órgãos do Estado, e que

normalmente são utilizadas como meio de controle não deixem de existir, mas, que cumpram com sua função, para aquilo a que se destinam.

Para nós, torna-se importante refletir sobre a realidade que cercam esta ferramenta, de altíssima importância para quem trabalha com educação, ou seja, trabalha no cotidiano da sala de aula, com o processo ensino-aprendizagem. Pois um dos principais mitos e crenças sobre avaliação educacional ou de aprendizagem praticada em sala de aula é que educadores têm pleno direito de reprovar os alunos, punir através das provas, ou predizer quem vai ou não se dar bem profissionalmente ou socialmente através das avaliações feitas durante o seu processo de aprendizagem ou desenvolvimento cultural.

Estas praticas vêm sendo empregadas há muitos séculos sem um estudo científico que explique e reforce e recomende a sua utilização, na forma como é referenciada ou empregada na sala de aula. Segundo o pensamento comum ou popular o repertório utilizado e aplicado de avaliação, facilita a aprendizagem. Fica claro em sua trajetória histórica que ela não fora muito positiva, principalmente no que tange a servir no campo da formação integral do cidadão, voltado para a ética, para a política, e para o processo de autonomia.

A avaliação, na maioria das vezes, foi e tem sido utilizada para demonstração de poder, força e controle, como pudemos ver em contexto anterior. Neste momento de mudanças e aplicações, torna-se importante que os professores reflitam sobre a avaliação e a utilizem como ferramenta de relacionamento entre eles e os alunos, como ferramenta de formação, pois somente desta forma ela deixara de ser instrumento de seleção social, exclusão, classificação e punição.

Nesse sentido utilizo-me de Haydt (2002) para justificar a aplicação da avaliação formativa, quando ela escreve que a avaliação formativa também tem como função controlar, ou seja, uma forma de controle mais plausível, ou seja, controlar se os alunos estão atingindo os objetivos e metas previstas, quais os resultados obtidos durante o desenvolvimento das atividades. Assim, nesse contexto, a avaliação formativa visa, fundamentalmente, determinar se o aluno domina gradativamente e hierarquicamente cada etapa da instrução. O que confere com o pensamento de Hadji, ela devera ser feita durante a ação do processo ensino-aprendizagem, ser um instrumento pedagógico.

Portanto, todo educador antes de prosseguir para outra etapa, deve assegurar que o aluno teve seu alcance assegurado, pois é neste contexto que o aluno vem conhecer seus acertos e erros e encontra estímulo para um estudo sistemático, o que corrobora com o nosso pensamento.

No sentido desta reflexão, nós educadores devemos levar em consideração que devemos avaliar porque queremos conhecer e melhorar nossa ação educativa. Assim, a intencionalidade essencial da avaliação educativa passará a ser a formação. Pois, o uso mais comum e ostensivo é o exercício da avaliação como técnica de exame e de “dar notas”, qualificar algumas tarefas ou alguns resultados. No paradigma de formação integral, esse exercício (examinar para dar nota) não é relevante.

E este sentido fica claro quando Juan Manuel Álvarez Méndez (2002, p. 81) expressa seu pensamento escrevendo: “*O que se deseja é transformar a avaliação em um instrumento para fazer com que todos adquiram o saber e apropriem-se dele reflexivamente*”. Desta forma, a avaliação precisa perder o caráter autoritário, deixar de ser uma forma unilateral de responsabilidade pelo diagnóstico do “desempenho” do aluno. Instrumento que fora e ainda é largamente utilizado como ferramenta de preservação e manutenção da divisão de classes sociais.

Neste contexto, a avaliação tem que deixar de ser este instrumento central de um processo de classificação, para ser o instrumento transformador de busca incessante da compreensão e melhoria da dinâmica do processo ensino-aprendizagem. Ela deve ser utilizada como processo essencial da construção, das relações do conhecimento, interpessoais, colaborando para que educador e educando seja mais crítico e capaz de compreender melhor o mundo em que vive e suas relações.

Desta forma, passamos a avaliar com o objetivo fundamental de assegurar o progresso formativo dos que participam de um processo educativo. Neste contexto e procedimento dialético, a avaliação transforma-se em um processo contínuo de atividade de conhecimento e melhoria. Podemos nesse sentido afirmar que esse pensamento coincide com o que diz Juan Manuel Álvarez Méndez (2002, p. 83):

Avaliamos para conhecer quando corrigimos construtiva e solidariamente com quem aprende, não para confirmar ignorâncias, desqualificar esquecimentos, penalizar aprendizagens não-adquiridas. Quando os professores agem como corretores que explicam e comunicam razoavelmente, é fonte de aprendizagem mediante a informação compreensível e argumentada que devem fornecer nessa tarefa [...], a própria correção torna-se texto de aprendizagem.

Neste contexto, a avaliação precisa transformar-se em um ato de prazer para os principais atores do processo ensino-aprendizagem (professor/aluno/instituição social).

Neste contexto Dias Sobrinho (2002, p. 31) escreve:

A avaliação, mais que uma ferramenta para julgar, classificar e diagnosticar, ela é em si um instrumento político, ético e ideológico. A avaliação é um patrimônio da escola. Efetivamente, a avaliação ultrapassa os muros das salas de aula, se instaura também e decisivamente no centro do poder e espalha seus efeitos para toda a sociedade. Nem sempre tem uma intencionalidade educativa, isto é, não é

simplesmente um instrumento da educação, mas também de política. (Dias Sobrinho; 2002; pag. 31)

Ao final deste trabalho, permanece a pergunta: *Por quanto tempo a avaliação será ainda utilizada, como foi ao longo de sua história, na educação, especificamente dentro da sala de aula, como instrumento de classificação, punição, campo de luta entre professor e aluno (detentor do conhecimento e aprendiz), instrumento de preservação de classes, de julgamento? Quando ela realmente assumirá a sua verdadeira função: Ser o principal instrumento no processo de formação e desenvolvimento do cidadão, instrumento de apoio ao processo ensino-aprendizagem? Instrumento de reflexão sobre o processo de ensino-aprendizagem, sobre os problemas que os aprendizes enfrentam em seu dia-a-dia. Quando ela vira a exercer sua função social de integração do processo ensino-aprendizagem/ planejamento / cidadania. Quando os programas educacionais de formação de ensino irão derrubar os mitos e crenças sobre a avaliação que aí permanece até a presente data.*

Ainda são muitas as questões que permanecem. Porém, espero que esta reflexão contribua para melhorar a compreensão do problema e ajude os educadores em sua prática docente, especialmente, no que se refere a utilização e função da avaliação nos processos de avaliativos da aprendizagem e formação, principalmente por estar surgindo uma nova forma pedagógica de trabalho o Aprendizado Baseado em Problemas (Problem-based learning) (PBL) qual vai requerer uma maior utilização do sistema da avaliação formativa.

Referências

CUNNINGHAM, William F. **Introdução à educação**: problemas fundamentais, finalidades e técnicas. Porto Alegre: Globo, 1975.

DIAS SOBRINHO, José. **Universidade e avaliação**: entre a ética e o mercado. Florianópolis: Insular, 2002.

DIAS SOBRINHO, José; RISTOFF, Dilvo I. **Avaliação e compromisso público**: a educação superior em debate. Florianópolis: Insular, 2003.

ENGUITA, Mariano. As funções da avaliação são potencialmente duas: O diagnóstico e a classificação. **Raízes e Asas**, São Paulo, n. 8, p. 23. 1995.

HADJI, Charles. **Avaliação desmistificada**. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

HAYDT, Regina Cazaux. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2003.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. São Paulo: Cortez, 1998.

MACIEL, Domício Magalhães. **A avaliação no processo ensino-aprendizagem de matemática, no ensino médio**: uma abordagem formativa sócio cognitivista. Campinas. 179 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Disponível em:
<<http://libdigi.unicamp.br/document/?view=vtls000308485>>. Acesso em 16 jun. 2007.

MÉNDEZ, Juan Manuel Álvarez. **Avaliar para conhecer**; examinar para excluir. Porto Alegre: ARTMED, 2002.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo** : uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

SILVA, Janssen Felipe. **Instrumentos diversificados**. Revista Escola. São Paulo, n. 159, out. 2005. Por Denise Pellegrini. Disponível em:
http://revistaescola.abril.com.br/edicoes/0159/aberto/mt_242300.shtml#topo. Acesso em: 2007.

SODRÉ, Marcos Antonio Randazzo. **Avaliação educacional**: instrumento de formação ou seleção social. Sorocaba, UNISO, 2008.